

(I)

**SOBRE O PREÇO JUSTO
CULTURA CAMPONESA E DINHEIRO**

*Karl Heinz Stecher**

PARA COMEÇAR: DINHEIRO NO BRASIL

Em seu artigo "Educação para o Dinheiro", João Ubaldo Ribeiro escreve sobre sua experiência na Alemanha. Ele diz que o Brasil é um país sem dinheiro; no máximo, o que teria é "papel colorido e moedas, provavelmente feitas de restos de panelas antigas". Os filhos de João Ubaldo estão acostumados a usar as moedas unicamente para "segurar portas, usá-las em matracas, tampar ralo de pia, ou para jogá-las uns contra os outros". Para ele, as moedas com valor se tornaram durante sua estadia na Alemanha um desafio, comparável ao que viveram os aposentados no Brasil por ocasião da última reforma monetária de Julho de 1994, quando foi criado o Real. Eles, simplesmente, jogaram as moedas que receberam como parte de sua aposentadoria na calçada, em frente à agência. Só que os tempos mudaram e a moeda de 1 Real equivale hoje a aproximadamente 40% da diária de um trabalhador rural.

* Professor da Universidade Livre de Berlim, Alemanha.

O Brasil passou, nos últimos 8 anos, por nada menos do que 5 reformas monetárias, e freqüentemente as antigas notas, por motivos técnicos e de custos, receberam apenas um carimbo indicando o novo nome e tiveram cortados 3 dígitos. Se - como os economistas conceituados de todo o mundo alegam - a estabilidade da moeda e a confiança dos cidadãos na sua moeda são indicadores para a autoridade dos governantes, esta autoridade no Brasil se evaporou.

A última década foi marcada por uma vida social agitada, à beira de uma hiper-inflação. As perdas materiais têm sido catastróficas para muitos setores sociais. Ao mesmo tempo, se consolidou uma mentalidade especulativa. Mentalidade, aliás, com profundas raízes no "capitalismo brasileiro", baseado na propriedade da terra, no latifúndio. "É completamente diferente do capitalismo baseado no capital, na abstração do capital e suas relações juridicamente igualitárias. O latifúndio é real. A riqueza, a nossa concepção de riqueza é uma concepção especulativa. Não é uma riqueza baseada diretamente no trabalho; é uma riqueza baseada nas mediações da exploração e da especulação. Compra-se por pouco e vende-se por muito" (Souza Martins). A instabilidade econômica e social debilitou primeiramente a estrutura democrática e os esforços dirigidos para a instalação de regras formais que pudessem garantir direitos civis para todos os cidadãos. Se interpretamos, conforme Georg Simmel, o dinheiro como o principal formalismo numa sociedade moderna que serve como medida objetiva para os valores de todos os outros objetos, a corrosão monetária constante torna-se expressão do desabamento do conjunto de regras formais que deveriam contribuir com a organização da vida social.

Roberto DaMatta analisa este processo na sua dialética. No Brasil, instalou-se um sistema "em que o universalismo burguês, igualitário e individualista, convive de modo equilibrado (daí o dilema) com um sistema de relações pessoais relacional" que é o seu paralelo e negativo. Este paralelismo de poderes faz com que, em determinados momentos, ninguém queira ser um cidadão para enfrentar o DETRAN ou um gerente de banco. Facilmente abre-se mão dos direitos impessoais e universais recorrendo-se a um primo, amigo, compadre ou irmão, títulos que valem na situação concreta mais do que a simples condição de

cidadão. Com o "pistolão", o "favor" e o "jeitinho" se resolvem em clima familiar aquilo que deveria ser um mero exercício burocrático com regras claras e universais. Desse modo, o papel social de cidadão, a "moeda cívica" em termos econômicos, se desvaloriza e se inflaciona, perde o seu poder aquisitivo jurídico, político e social em favor das relações pessoais. Em termos puramente monetários: "O sistema engendra uma desconfiança no dinheiro (...) e com isso recria seus eixos hierárquicos compensatórios. Num outro nível, portanto, a inflação confirma que o dinheiro efetivamente não vale nada e não deve merecer muita atenção. Ela serve, neste plano simbólico fundamental, para relativizar a moeda, confirmar a virtude da pobreza, fazer com que os laços pessoais sejam sempre celebrados..."

Para, na Alemanha, "educar os seus filhos para o dinheiro", João Ubaldo Ribeiro, com criatividade, inventa nomes de professoras e amigos queridos para cada moeda. Assim, elas adquirem respeito e este truque vinga até o dia em que faltara uma moeda de 50 Pfennig para facilitar o troco no caixa do supermercado. O filho Bento resiste: "Não entregue a tia Wein, ela é nossa!"

POR QUE PEQUENOS AGRICULTORES

Mudamos de cenário. O título deste trabalho faz referência ao sujeito da pesquisa: o camponês ou pequeno agricultor. Por que se dedicar a esse sujeito "marcado para morrer" pelo desenvolvimento capitalista, ficando a sua participação na força de trabalho em qualquer país industrializado em torno de 3 à 5 %. Por vários motivos! Primeiro, o desenvolvimento no Brasil ainda não chegou a este extremo e ainda o pequeno agricultor fornece, regionalmente diferenciado, uma parte importante dos alimentos básicos de consumo popular. Segundo, o pequeno agricultor pertence, no que se refere à sua integração no Brasil moderno - expressado, por exemplo, no acesso à educação, ao segmento dos excluídos, os quais se estendem até às grandes cidades e perfazem no populoso Nordeste brasileiro cerca de 50 % da população. Terceiro: Não são, finalmente, os 3, 5, ou 30% de participação setorial ou da força de trabalho que tomam um estudo sobre um determinado grupo social e suas relações para explicar a dinâmica da sociedade menos

ou mais relevante. No Brasil Rural, com sua história ainda atual de latifúndio e coronelismo, se encontram os principais elementos para se entender as cidades e os centros de poder. A troca de favores e a longa história de lealdade pessoal são decisivos, tanto para as formas quanto para os conceitos que se tem atualmente sobre o clientelismo e a corrupção brasileiros. No campo, se esboçam as combinações do velho com o novo, se percebe mais nitidamente as formas de persistência do tradicional dentro do moderno.

CULTURA CAMPONESA E CULTURA DE MERCADO (MODERNIDADE)

No confronto entre cultura camponesa e cultura de mercado, se contrapõem conceitos econômicos radicalmente diferentes. Recorrendo às palavras de Chayanov, podemos afirmar que, entre uma empresa moderna baseada no trabalho assalariado e uma agricultura familiar, "existem diferenças fundamentais". Chayanov ressalta: "Uma análise detalhada da organização interna da economia camponesa revela como específico um conceito totalmente diferente do que é vantajoso, uma maneira diferente de como calcular e uma psicologia econômica própria".

Sendo a família camponesa, ao mesmo tempo, unidade de produção e de consumo, lugar de reprodução biológica, social e cultural, ela se opõe, mais que outros segmentos sociais, à tendência de isolar o econômico elevando-o sobre todas as outras esferas da vida, própria à economia de mercado como um todo. Este processo se iniciou no fim do século 18, tendo, conforme Polanyi, a sua expressão teórica em Townsend. O lucro e a prosperidade material sem limites se fundamentam como princípios norteadores da sociedade de mercado que se caracteriza também pela redução de todos os fatores da vida a mercadorias, inclusive a terra e o homem enquanto força de trabalho (Polanyi). Isso quer dizer que determinados fatores são arrancados da subjetividade e das relações pessoais e reduzidos a nível de objetos, para serem assim assimilados por um mundo racional e quantitativo (Simmel).

Em termos gerais pode-se caracterizar a passagem para a modernidade como "a transformação de um mundo particular e mágico num

mundo metríco e de fatos com regras universais" (Gellner). Como novo estilo de pensar (e de vivenciar) se instala o racional, o matemático (como Ciência Exata) expulsando uma visão qualitativa do mundo, que tinha as suas raízes na escolástica aristotélica por um lado e, por outro lado, nos elementos mágico-analógicos da filosofia natural da renascença. Com isso, a racionalização do pensamento se contrapõe à vivência do concreto-qualitativo, e acontece uma "despersonalização" e "descomunalização" do saber e sua superação no abstrato (Mannheim). Ao mesmo tempo, se observa o processo do "desencantamento" do mundo, a substituição do sentimento panteístico, a partir da qual se consegue a quantificação da natureza (Weber).

O particular está sendo deslocado pelo universal e pelas leis científicas; o pensar, a partir do específico, substituído pelo sistemático e pelo pensar estrutural. Os pequenos mundos de convivência íntima, com as suas linguagens, medidas, pesos e dinheiros específicos, são cercados pela uniformidade do universalismo.

O novo mundo que surge desta revolução modernizadora e secularizadora constitui-se em centro funcional, mas sem acabar uniformemente, nem de vez, com o "antigo mundo". Na "tripla periferia" - a da esfera pessoal íntima, a dos grupos sociais distantes do centro (como p.ex. os camponeses) e a do país periférico capitalista (adicionando-se este último aspecto à "dupla periferia" de Mannheim) - persistem os germes de uma cultura de vida e de um estilo de pensar, que em outras épocas sustentavam o mundo como seus pilares.

O caminho principal da modernidade tem desvios, que num determinado momento podem renovar ou fortalecer a ordem tradicional (como p.ex. os movimentos messiânicos). Tradição é, neste sentido, não somente passado que sobrevive no presente, mas passado que vive no presente e que contem saberes e possibilidades ainda aproveitáveis para desenhar o futuro. Os mundos locais conservam, neste sentido, o material "genético-cultural" disponível para futuras sínteses num novo espaço histórico.

A FORÇA DO DINHEIRO: UMA TIPOLOGIA

A lógica camponesa, como contraponto da lógica capitalista, parece-nos bem explicitável a partir do principal formalismo que intermedia as relações sociais da modernidade, o dinheiro. Para trabalhar neste contexto partimos das seguintes reflexões:

1. O dinheiro é o principal formalismo de uma sociedade moderna. Surge, como símbolo, de uma sociedade estática e marcada por particularismos. O dinheiro se desenvolve em relação simbiótica com o mercado, sendo que o avanço deste último só é possível com a mediação do primeiro. N. Elias caracteriza o dinheiro como um "instrumento que tece" as relações sociais e que retrata com bastante exatidão a diferenciação funcional da sociedade.

2. Mas o dinheiro não é só um meio e mediador. Ele vai além deste papel, e se transforma também em um fim. Numa sociedade complexa, onde as coisas transcendem o imediato do indivíduo, o processo de substituição de fins por meios avança de forma inexorável. Neste processo, o dinheiro torna-se um fim em si, conseqüentemente deslocando e rebaixando antigos fins à mera condição de meios (Simmel). Valores que eram absolutos tornam-se, quando mediados pelo dinheiro, relativos.

3. O dinheiro exerce seu papel com absoluta objetividade. Medidos em dinheiro e determinados quantitativamente os seus valores, todos os objetos tornam-se interrelacionáveis. A sua medida é universal. No seu rigor objetivador e uniformizador, o dinheiro destrói qualquer relação subjetiva, particular e pessoal. Neste sentido, o dinheiro exerce o papel de romper as tradições e secularizar as imagens de mundo. Toma-se, para a sociedade moderna, instância cultural de primeira categoria.

4. À medida em que o dinheiro destrói todas as formas de valorização pessoal e isola o econômico das personalidades, a economia do dinheiro avança sobre as antigas economias familiares. Uma nova coesão social surge do lucro e do interesse material. Isso significa dizer que, onde antigamente as associações respondiam pelos interesses eco-

nômicos, religiosos, políticos e familiares, hoje, numa economia de dinheiro se orientam unicamente pelo aspecto econômico (Simmel).

5. No ritmo imposto pelo dinheiro se expressam as dimensões básicas de tempo e espaço da sociedade. O dinheiro é o símbolo do dinamismo total. "O significado do dinheiro está no fato dele ser constantemente repassado; tão logo ele pare, perde o seu significado e caráter específicos. O efeito que o dinheiro pode eventualmente ter em estado de não-movimento, estaria na antecipação imaginária do movimento. Ele é apenas veículo e movimento, e, junto a ele, tudo que não é movimento é banido. Dinheiro é, neste sentido, *actus purus*. Ele existe porque se desfaz dele mesmo a cada momento, é contraponto e negação de qualquer qualidade intrínseca própria dos outros objetos" (Simmel).

6. Quando tudo está em movimento, superando o dinheiro qualquer distância espacial, social e temporal, o mercado está em pleno funcionamento, reduzindo a diversidade social e relacional à simplicidade das leis do mercado. O dinheiro propriamente dito, movimentando os objetos e dinamizando o seu contorno, ganha substância, torna-se referência e ponto de equilíbrio para as correntes econômicas que confluem ao seu redor. "Quanto mais a vida social se torna uma vida determinada pela economia do dinheiro, mais claro ressalta-se o caráter relativo do ser, porque o dinheiro não é mais que um figurino específico da relatividade incorporada dos objetos econômicos cujo valor ele expressa" (Simmel).

7. A economia do dinheiro traz para a vida cotidiana o ideal do cálculo matemático. O dia a dia se compõe dos atos de determinar, pesar, calcular e, de forma geral, reduzir valores qualitativos à quantitativos. O homem moderno é um matemático, um estatístico, um contador.

8. Dinheiro em si não tem valor. Não tem nada de material, é um simples símbolo, uma expressão abstrata de valores, "um tipo de idioma, em que os homens se comunicam sobre valores e relações de valores" (Frankel).

PROPOSTA

Valendo-nos desta breve tipologia do dinheiro, tentaremos conceber a cultura camponesa no confronto com uma instituição formal, universal e moderna que é o dinheiro. Queremos seguir os vestígios que o dinheiro deixa na lógica camponesa, para esclarecer o seu poder de transformação e, ao mesmo tempo, retratar a resistência da cultura rural, expressa nas formas específicas de adaptação que esta faz do dinheiro. Ou, em outras palavras, expressando-nos com a pergunta: Como o camponês domestica a "besta-fera" (Souza Martins), na cultura popular sinônimo de dinheiro, capital, poder e estado?

O caráter formal, objetivo e uniforme predestina o dinheiro como veículo a partir do qual é possível explicitar a transformação social para a modernidade, porque o dinheiro é símbolo da própria modernidade. Numa sociedade híbrida, culturalmente fragmentada e religiosamente sincrética, a análise do dinheiro e do seu uso parece ser especialmente interessante para explicitar valores e relações de valores, captar o tom dos idiomas e as formas de comunicação diferenciadas.

Nos aproximaremos ao problema a partir de um exemplo concreto da Bahia, uma região onde grande parte da produção agrícola - como no resto do Nordeste - ainda se desenvolve a partir de critérios de subsistência e de segurança alimentar familiar. Subsistência não significa, neste contexto, autarquia ou isolamento, mas uma forma específica de integração ao mercado. Para captar esta qualidade particular da integração, o nosso interesse se dirige aos pontos de contato e de convergência da vida rural e urbana, das praças de compra e venda, de pagamento e recebimento de dinheiro, de concessão de crédito, etc.. Pretendemos retratar a atmosfera destes espaços sociais, a sua importância econômica, social e simbólica. A partir deste contexto, esperamos ressaltar os contornos dos pequenos agricultores como atores sociais e econômicos com sua lógica particular. Ficaremos especialmente atentos às formas de combinação e interpenetração do moderno com o tradicional, no sentido de adaptações forçadas à cultura camponesa pelo mercado e o desenvolvimento capitalista em geral, e vice-versa. A adoção de múltiplos papéis, fazendo com que o agricultor assuma p. e. na feira

o papel de comerciante sem abrir mão da sua identidade camponesa - fato amplamente explorado por Afrânio Garcia Jr. num estudo sobre o Brejo paraibano - estará presente como uma das principais inquietudes que movem este trabalho.

Os primeiros impulsos a este trabalho de pesquisa foram dados por uma experiência prática de assessoria a grupos de pequenos agricultores para que estes tomem a comercialização agrícola em suas mãos. Encontravam-se, entre estes grupos, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Associações e Cooperativas de pequenos agricultores com uma considerável trajetória de luta, um bom patrimônio físico institucional e uma longa prática de comercialização. Apesar disso, existia uma grande "confusão de línguas" ligada aos principais assuntos do comércio agrícola como a formação de preços, o sistema de intermediação etc., o que mostrava, que as "leis" do mercado não determinavam em absoluto a maneira de pensar e decidir dos responsáveis camponeses. A partir disso, tomaremos como um dos indicadores deste trabalho a trajetória de lideranças camponesas, querendo retratar o caminho que levou alguns líderes camponeses da roça para dentro de "suas" organizações, assumindo tarefas organizativas, administrativas e burocráticas. Queremos entender as mudanças que surgem no plano da lógica e da visão de mundo, quando o pequeno agricultor se confronta com estruturas organizativas mais formais e complexas. Pretendendo isto, lembramos de uma afirmação de N. Elias: "É bem diferente, se alguém, num mundo caracterizado por densas interrelações e interdependências, se integra a esta estrutura tendo um papel meramente passivo, se ele unicamente é atingido pelos acontecimentos originados a longa distância, sem poder influir no decorrer destes acontecimentos e muitas vezes sem nenhuma opção nem de trabalhá-los a nível da consciência, ou se, de forma contrária, este alguém está numa posição e função social que lhe permite e exige a ampla antecipação dos acontecimentos no espaço e no tempo, e que, para conseguir isto, precisa do autocontrole e da definição clara de seu lugar num mundo de densas interdependências". Discute-se, neste contexto, a apropriação e controle pelos camponeses de formas organizacionais mais complexas.

BIBLIOGRAFIA

- DA CUNHA, Euclides. *Os Sertões. Campanha de Canudos*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1987.
- DAMATTA, Roberto. "Para uma Sociologia de Inflação: Notas sobre Inflação, Sociedade e Cidadania. in Ribas Viera et alli, *Na Corda Bamba. Doze Estudos sobre a Cultura da Inflação*, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1993, pp. 15-32.
- DE HEREDIA, Beatriz M. A. *A Morada da Vida*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- DUX, Günther. *Die Zeit in der Geschichte. Ihre Entwicklungslogik vom Mythos zur Weltzeit*. Frankfurt a. M. Suhrkamp, 1992.
- ELIAS, Norbert. *Über den Prozeß der Zivilisation II*. Frankfurt a. M. Suhrkamp, 1994.
- FRANKEL, S. Herbert. *Geld: Die Philosophie und die Psychologie des Geldes*. Wiesbaden, Betriebswirtschaftlicher Verlag Dr. Th. Gabler, 1979.
- GARCIA JR., Afrânio Raul. *O Sul: Caminho do Roçado*. Brasília, Marco Zero & UNB, 1990.
- GELLNER, Ernst. *Nationalismus und Moderne*. Berlin, Rotbuch, 1991.
- HALLPIKE, Christopher Robert. *Die Grundlagen primitiven Denkens*. München, dtv/Klett-Cotta, 1990.
- LE GOFF, Jaques. *Wucherzins und Höllenqualen. Ökonomie und Religion im Mittelalter*. Stuttgart, 1988.
- MANNHEIM, Karl. *Konservatismus*. Frankfurt a. M., Suhrkamp, 1984.
- POLANYI, Karl. *Ökonomie und Gesellschaft*, Frankfurt a. M. Suhrkamp, 1979.
- POLANYI, Karl. *The Great Transformation*, Frankfurt a. M., 1990.
- RIBAS VIERA, José et alli (org.). *Na Corda Bamba. Doze Estudos sobre a Cultura da Inflação*, Rio de Janeiro, 1993.
- RIBEIRO, João Ubaldo. *Ein Brasilianer in Berlin*. Frankfurt a. M., Suhrkamp, 1994.
- SIMMEL, Georg. *Philosophie des Geldes*, Frankfurt a. M., Suhrkamp, 1989.

SOMBART, Werner. *Der Bourgeois. Zur Geistesgeschichte des modernen Wirtschaftsmenschen*. Berlin, 1988.

SOUZA MARTINS, José de. *A Chegada do Estranho*, São Paulo, Hucitec, 1993.

SOUZA MARTINS, José de. *O Poder do Atraso. Ensaio de Sociologia da História Lenta*, São Paulo, Hucitec, 1994.

WEBER, Max. "Die Entfaltung der kapitalistischen Gesinnung" in Wirtschaftsgeschichte, Berlin, 1981.

WEBER, Max. *Die protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus*, in ders., *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie I*, Tübingen, J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1920.

WEBER, Max. Wirtschaftsgeschichte. Berlin. WOORTMANN, Klaas (1990). *Com Parente não se Negocia: O Campesinato como Ordem Moral*, Mimeo, Brasília.

Woortmann, Klaas". *Com Parente não se negocia*", in Anuário Antropológico/87, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1988.